Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ESTATUTO SOCIAL DO
COLÉGIO BRASILEIRO DE RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – CBR

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, FINALIDADE E SEDE:

ARTIGO 1 - O Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, doravante denominado CBR, fundado em 1948, com sede e foro na cidade de São Paulo, SP, na Av. Paulista, 37, conj. 71 - CEP 01311-902, é uma Associação Civil, registrada no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica, sendo pessoa jurídica de direito privado, de âmbito nacional, de natureza educativa, científica, cultural e social, sem finalidades lucrativas e com duração indeterminada, regendo-se pelo presente ESTATUTO.

Parágrafo Único – O CBR é filiado à Associação Médica Brasileira, integrando seu Conselho Científico como Departamento de Diagnóstico por Imagem.

ARTIGO 2 - O CBR congrega profissionais médicos e serviços, com personalidade jurídica própria, que exercem atividades de diagnóstico e tratamento utilizando métodos de imagem e/ou radiações ionizantes.

Parágrafo 1º - São métodos de diagnóstico por imagem e tratamento ligados ao CBR: radiodiagnóstico convencional e especializado, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética, radiologia vascular e intervencionista, radiologia pediátrica, mamografia, densitometria óssea, neurorradiologia, doppler esplâncnico e periférico e outros que eventualmente preencham as finalidades do CBR.

Parágrafo 2º - Na formação, qualificação e titulação do especialista, o CBR aplicará as normas do seu regimento interno.

Parágrafo 3º - Os Serviços com Personalidade Jurídica própria, admitidos como membros do CBR, se submeterão ao REGULAMENTO ESPECÍFICO destinado às CLÍNICAS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM.

ARTIGO 3 - São finalidades do CBR:

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

01 – promover, apoiar e estimular o aperfeiçoamento e a divulgação de seus diversos métodos nos campos científico, ético, social e econômico;

02 – representar os diversos métodos perante os poderes constituídos, sociedades médicas, sociedades científico-culturais, movimentos associativos e congressos no país e no estrangeiro;

03 – coordenar, regulamentar e orientar sua atividade científica nacional e regional por meio das entidades filiadas;

04 – propugnar pelo ensino e reconhecimento oficial dos diversos métodos nas faculdades, residências médicas, cursos de pós-graduação e centros de aperfeiçoamento;

05 – preparar o exame de suficiência para obtenção de título de especialidade ou certificado de área de atuação, por meio de avaliação formal dos candidatos interessados e que preencherem os requisitos para a participação no certame, mediante a elaboração de edital; formulação e correção das questões; análise e julgamento dos recursos cabíveis, de acordo com as regras da Associação Médica Brasileira - AMB;

06 – participar do credenciamento e do controle permanente da qualidade das residências médicas, dos centros de treinamento e dos serviços de diagnóstico por imagem, podendo criar Programas de Certificação, Acreditação ou qualquer outra denominação que visem o cumprimento desta finalidade;

07 – representar os interesses de seus Associados, Membros, pessoas físicas ou jurídicas, e das Filiadas, em juízo ou fora dele, desde que tais interesses possam ser caracterizados, pela Diretoria, como relevantes e possam acarretar benefícios diretos ou indiretos para os médicos ligados aos seus métodos como um todo;

08 – o CBR poderá impetrar Mandado de Segurança Coletivo para defesa de direitos e interesses de seus Associados, Membros, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, e das Filiadas, por deliberação da Diretoria Executiva e/ou Conselho Consultivo.

09 - representar e defender os interesses sócio-econômicos de seus associados, pessoa física ou jurídica, frente aos órgãos públicos, administração pública direta e indireta e demais entidades das três esferas de descentralização política, podendo também, em juízo ou fora dele, independente da outorga individual de poderes, praticar quaisquer atos necessários à defesa dos direitos e interesses do CBR e/ou filiadas, em conjunto ou separadamente, podendo ainda representá-la junto a entidades privadas, planos saúde, cooperativas de trabalho médico, seguradoras de saúde, planos de autogestão,

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

conselhos médicos, agências reguladoras, repartições públicas em geral tais como, câmara de vereadores, ministério público estadual e federal, secretarias de saúde, vigilâncias sanitárias, delegacias de polícia, procon e demais entidades que estejam relacionadas e/ou envolvidas com o exercício da medicina na especialidade da radiologia e diagnóstico por imagem;

10 - representar seus associados, em juízo ou fora dele, independentemente da outorga individual de poderes, em defesa de suas prerrogativas profissionais, de seus interesses econômicos e dos direitos dos consumidores dos serviços de radiologia e diagnóstico por imagem, inclusive podendo utilizar todos os mecanismos legais colocados à disposição do jurisdicionado, especialmente as disposições contidas na lei 7.347/85, sem prejuízo das demais possibilidades a serem usadas nas vias judicial, administrativa e ética;

ARTIGO 4 - Para atingir os fins previstos no Artigo 3, o CBR propõe-se a:

01 – promover e patrocinar, mas não se limitando a, congressos, jornadas, reuniões, conferências, cursos de extensão, incluídas pós-graduações lato sensu e stricto sensu, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelo CBR, disciplinando a sua realização em todo o território nacional, podendo, para tanto, fazer parcerias com entidades públicas e privadas;

02 – estruturar-se com as sociedades filiadas estaduais, por intermédio das quais atuará, respeitando suas características e autonomia;

03 – manter relação de filiação, cooperação, convênio ou intercâmbio com entidades médicas, científicas ou técnicas, nacionais ou estrangeiras, com objetivos estatutários semelhantes aos seus. As parcerias se restringem em oferecer e apoiar a troca de professores, compartilhar conteúdos científicos e a promoção de atividades em conjunto; manter a relação de filiação apenas com as entidades médicas, que tratem da Radiologia Diagnóstico por Imagem, sempre sujeitas à avaliação da Diretoria.

04 – manter publicações periódicas de caráter informativo e científico;

05 – fomentar o intercâmbio cultural e o convívio social entre os seus membros;

06 – pugnar por melhores condições de trabalho e pela justa remuneração de seus membros;

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

07 – agir como órgão consultor, orientador e normativo, pronunciando-se sobre assuntos de interesse dos diversos métodos, sempre que julgar necessário, por consulta de seus membros ou pelas autoridades constituídas;

08 – manter e resguardar seu acervo patrimonial, histórico e tradicional, reunindo e colecionando publicações e objetos de valor intrínseco e cultural;

09 – prestar os serviços para os quais foi instituído, colocando-os à disposição do grupo a que se destina, sem fins lucrativos;

10 – firmar parcerias públicas e privadas, para a promoção de atividades assistenciais à comunidade, quando entender necessário.

11 - utilizar os mecanismos disponíveis nas vias judicial, administrativa e ética na defesa dos interesses de seus associados e na defesa dos métodos de diagnóstico por imagem e tratamento ligados ao CBR;

DAS FILIADAS:

ARTIGO 5 - O CBR é representado em cada Estado e no Distrito Federal por uma única sociedade, por ele devidamente reconhecida e com idênticas finalidades, denominada Filiada.

Parágrafo Único – Nos Estados onde não houver sociedade local, a Diretoria do CBR indicará um representante, caso seja necessário.

ARTIGO 6 - São requisitos para o reconhecimento de Filiada representativa do CBR:

01 – ser pessoa jurídica que aceita e reconhece os estatutos, regimentos e regulamentos da entidade nacional;

02 – manter as mesmas categorias de sócios da entidade nacional ou outras que não venham a colidir com as suas finalidades estatutárias;

03 – ser designada pelo nome “Associação”, adjetivada pela expressão “de Radiologia e Diagnóstico por Imagem” e pela identificação de seu Estado;

04 – ter na Diretoria pelo menos 05 (cinco) Membros Associados Titulares do CBR, incluindo o Presidente;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

05 – manter expresso em todos os documentos, circulares e correspondências a logomarca do CBR e sua condição de “filiada ao Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem”;

06 – respeitar suas determinações dentro do âmbito regional, empenhando seus melhores esforços no fiel cumprimento dos objetivos da entidade nacional;

07 – adotar a mesma orientação do CBR na luta e defesa dos interesses de seus associados;

ARTIGO 7 - O reconhecimento da Filiada será feito por pronunciamento favorável da Diretoria, “ad referendum” da Assembleia Geral.

ARTIGO 8 - A todos os Membros do CBR em gozo de suas prerrogativas, é recomendada a inscrição nas Sociedades de Radiologia do País, sendo deferidos dois tipos de inscrição: principal e secundária.

Parágrafo 1º - A inscrição principal deve ocorrer na Sociedade onde o membro estiver inscrito no CRM, devendo observar as determinações daquele órgão previstas para o exercício pleno de suas atribuições associativas.

Parágrafo 2º - No caso de estar inscrito em mais de um CRM, prevalecerá para o critério de associação primária o local onde o Membro do CBR tiver maior desempenho de suas atividades profissionais.

Parágrafo 3º - Cada inscrição secundária do Membro do CBR nas demais Sociedades das unidades da federação e do Distrito Federal será permitida apenas aos detentores de inscrição primária, em pleno gozo de seus direitos nessa modalidade.

Parágrafo 4º - No prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da presente alteração estatutária, todas as Sociedades de Radiologia filiadas ao CBR devem adequar as inscrições de seus associados às categorias constantes deste artigo, bem como aplicar os parágrafos 1º, 2º e 3º deste artigo, da mesma forma, aos requerimentos de novas inscrições.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS:

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ARTIGO 9 – São associados todos aqueles que, sem impedimentos legais e detentores de reputação profissional ilibada, com atuação nas áreas da Radiologia, Diagnóstico por Imagem e Terapêutica ou a elas relacionadas, forem admitidos como tais, pertencendo às seguintes categorias: Titular, Coligado, Afiliado, Residente, Estudante, Honorário, Correspondente, Benemérito e Pessoa Jurídica.

Parágrafo Único – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações constituídas e assumidas pela Associação.

ASSOCIADO TITULAR

ARTIGO 10 – Poderá ser associado Titular o profissional detentor do Título de Especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, ou do Título de Especialista em Diagnóstico por Imagem com Atuação Exclusiva em Ultrassonografia Geral, ou do Título de Especialista em Diagnóstico por Imagem com Atuação Exclusiva em Radiologia Intervencionista e Angiorradiologia, todos emitidos pela AMB/CBR.

Parágrafo Único – Para manter a Associação como associado Titular é necessário que o associado pague a taxa contributiva e cumpra todos os termos do presente Estatuto e demais regramentos instituídos pelo CBR.

ARTIGO 11 – Constituem deveres dos associados Titulares, além de outros que estejam previstos neste Estatuto:

- I – respeitar e cumprir as decisões das Assembleias e demais órgãos dirigentes da entidade;
- II – cumprir e fazer cumprir o Estatuto e demais disposições internas, tal como regimentos ou regulamentos existentes ou porventura criados;
- III – zelar pelo bom nome da Associação;
- IV – manter, na vida pública e profissional, conduta pautada pelos princípios morais do Código de Ética Médica;
- V – pagar a taxa contributiva nos prazos e valores determinados.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ARTIGO 12 – Constituem direitos dos associados Titulares, além de outros que estejam previstos neste Estatuto:

I – votar e ser votado para todos os cargos eletivos, observando-se as exceções previstas neste estatuto;

II – apresentar requerimentos, sugestões e representações, que digam respeito ao exercício profissional, de acordo com os fins da Associação;

III – frequentar a sede da Associação, assim como participar de congressos, jornadas, reuniões, cursos e conferências por ela promovidos ou patrocinados, ou utilizar dos serviços por ela oferecidos;

IV – participar e votar nas Assembleias Gerais;

V – publicar trabalhos nos periódicos, livros e demais publicações científicas do CBR, desde que aceito pelos órgãos editoriais.

VI – ser indicado ou nomeado como membro de comissões;

VII – receber as publicações editadas e/ou patrocinadas pela Associação.

ASSOCIADO COLIGADO

ARTIGO 13 – Poderá ser associado Coligado o médico que possua certificado de área de atuação concedido ou reconhecido pela AMB/CBR, ou que tenha concluído a residência médica oficial em Radiologia reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC/Conselho Nacional de Residência Médica – CNRM ou o curso de aperfeiçoamento em vaga credenciada pelo CBR, mas que não tenha sido aprovado nas provas que concedem o Título de Especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, ou o Título de Especialista em Diagnóstico por Imagem com Atuação Exclusiva em Ultrassonografia Geral, ou o Título de Especialista em Diagnóstico por Imagem com Atuação Exclusiva em Radiologia Intervencionista, Angiorradiologia e Neurorradiologia, ou tenha optado por não realiza-las.

Artigo 14 – Os associados Coligados, quites com a taxa contributiva, terão os mesmos deveres e direitos dos associados Titulares, com a exceção do direito de votar e ser votado para cargos eletivos e de votar nas Assembleias Gerais.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

Parágrafo 1º - Para os associados que continuarem com o programa Fellow em locais credenciados pelo CBR, será concedido a isenção da anuidade por mais um ano, desde que comprove seu vínculo com o programa de Treinamento.

Parágrafo 2º - O associado Coligado que obtiver aprovação nas provas da AMB/CBR que concedem o Título de Especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, ou o Título de Especialista em Diagnóstico por Imagem com Atuação Exclusiva em Ultrassonografia Geral, ou do Título de Especialista em Diagnóstico por Imagem com Atuação Exclusiva em Radiologia Intervencionista, Angiorradiologia e Neurorradiologia passará automaticamente para a categoria de Associado Titular.

ASSOCIADO AFILIADO:

Artigo 15 – Poderá ser associado Afiliado o médico que não detenha título de especialidade ou certificado de área de atuação, concedido e reconhecido pela AMB/CBR, mas que tenha afinidade com quaisquer dessas áreas.

ARTIGO 16 – Os associados Afiliados, quites com a taxa contributiva, terão os mesmos deveres e direitos dos associados Titulares, com a exceção do direito de votar e ser votado para cargos eletivos, e de votar nas Assembleias Gerais.

ASSOCIADO RESIDENTE

ARTIGO 17 – Poderá ser associado Residente o profissional inscrito em uma residência médica reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM ou curso de aperfeiçoamento reconhecido e credenciado pelo CBR, em radiologia e diagnóstico por imagem.

ARTIGO 18 – Os associados Residentes terão os mesmos deveres e direitos dos associados Titulares, com a exceção do direito de votar e ser votado para cargos eletivos, de votar nas Assembleias Gerais.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ARTIGO 19 – O associado Residente é isento do pagamento da taxa contributiva.

ASSOCIADO ESTUDANTE

Artigo 20 – Poderá ser associado Estudante o estudante de Medicina que tenha interesse e afinidade com os métodos de diagnóstico por imagem e terapia por radiação ionizante, desde que comprove anualmente seu vínculo estudantil, sendo automaticamente desligado se não o fizer.

Artigo 21 – O associado Estudante não paga a taxa contributiva e tem os mesmos deveres e direitos dos associados Titulares, com a exceção do direito de votar e ser votado para cargos eletivos, de votar nas Assembleias Gerais, sendo-lhe também resguardado o envio de publicações do CBR que a Diretoria entender pertinente à sua categoria.

ASSOCIADO HONORÁRIO

Artigo 22 – Poderá ser associado Honorário o médico ou cientista, brasileiro ou estrangeiro, que tenha prestado relevantes serviços à comunidade, tendo reconhecidamente contribuído com o aperfeiçoamento da medicina.

ARTIGO 23 – O associado Honorário será titulado por votação da Assembleia Geral, por maioria simples, mediante proposta da Diretoria.

ARTIGO 24 – O associado Honorário terá os mesmos direitos e deveres dos associados Titulares, com a exceção do direito de votar e ser votado para cargos eletivos, de votar nas Assembleias Gerais, e de ser indicado ou nomeado como membro de comissões, e será isento do pagamento da taxa contributiva.

Parágrafo Único – O associado Titular que passar à categoria associado Honorário e os ex-presidentes que passem a integrar essa classe permanecerão com todos os direitos anteriormente detidos na outra categoria da qual faziam parte.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ASSOCIADO CORRESPONDENTE

ARTIGO 25 – Poderá ser associado Correspondente o médico residente no exterior, brasileiro ou estrangeiro, e que exerça atividades relacionadas à Radiologia, Diagnóstico por Imagem e Terapêutica.

ARTIGO 26 – Os associados Correspondentes terão os mesmos deveres e direitos dos associados Titulares, com a exceção do direito de votar e ser votado para cargos eletivos e de votar nas Assembleias Gerais, além do recebimento de publicações, que ocorrerá unicamente em via eletrônica.

ARTIGO 27 – A Diretoria do CBR terá a prerrogativa de estipular cobrança diferenciada ao Associado Correspondente.

ASSOCIADO BENEMÉRITO

ARTIGO 28 – Poderá ser associado Benemérito a pessoa física ou jurídica que tenha prestado serviços relevantes à Associação ou que tenha contribuído aos interesses por ela defendidos, sendo o seu ingresso definido por deliberação da Diretoria ad referendum da Assembleia Geral.

ARTIGO 29 – O associado Benemérito detém os mesmos deveres e direitos dos associados Titulares, com a exceção do direito de votar e ser votado para cargos eletivos, de votar nas Assembleias Gerais, e de ser indicado ou nomeado como membro de comissões.

ARTIGO 30 – O associado Benemérito será isento do pagamento da taxa contributiva.

ASSOCIADO PESSOA JURÍDICA

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ARTIGO 31 - Será admitida, como associada do CBR, a pessoa jurídica, de natureza privada, com atuação nas áreas da Radiologia, Diagnóstico por Imagem e Terapêutica, mediante preenchimento de formulário eletrônico preenchido no sítio eletrônico do CBR, e desde que preenchidos os requisitos para a sua admissão.

ARTIGO 32 – Deverá o associado Pessoa Jurídica cumprir com todos os deveres deste Estatuto, além de Regulamento Específico para associados Pessoa Jurídica e também todos os demais regulamentos elaborados pelo CBR.

Parágrafo Único – Os associados Pessoa Jurídica serão geridos por Departamento próprio do CBR, conforme disposto no Regulamento Específico para associados Pessoa Jurídica.

ARTIGO 33 – Não assistirá ao associado Pessoa Jurídica o direito de votar e de ser votado para cargos eletivos e para votar em Assembleias Gerais.

ARTIGO 34 – Deverá o associado Pessoa Jurídica arcar com a taxa contributiva específica de sua categoria.

DISPOSIÇÕES GERAIS AOS ASSOCIADOS

ARTIGO 35 – O associado que estiver inadimplente com a taxa contributiva terá os seus direitos suspensos, que poderão ser novamente exercidos assim que regularizada a sua situação, de acordo com o disposto no artigo 40.

ARTIGO 36 – Fica isento do pagamento das contribuições o Membro Associado Titular com setenta anos de idade ou mais, desde que tenha pago as contribuições dos últimos cinco anos.

Parágrafo Único – A critério da Diretoria, poderá ser aprovada a dispensa do pagamento da anuidade aos Associados Titulares que comprovem sua incapacidade ao exercício profissional.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ARTIGO 37 – É vedada ao CBR a divulgação de qualquer dado sensível de seus associados (v.g., e-mail, número de documento, endereço) para terceiros, sem prévio consentimento.

Parágrafo Único – As Filiadas do CBR, por serem reconhecidas como partes integrantes da Associação, poderão ter acesso aos dados de correspondência dos associados de suas localidades, quando solicitados.

FORMA DE ASSOCIAÇÃO E ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 38 - O candidato que deseja associar-se deverá preencher formulário eletrônico disponível no site do CBR.

Parágrafo Único - A solicitação do candidato será examinada pelo CBR, que verificará se foram atendidos todos os requisitos previstos neste Estatuto para a sua admissão, podendo, em caso de não adequação, solicitar sejam regularizadas as pendências apresentadas, rejeitando liminarmente o pedido, se impossível essa correção.

TAXA CONTRIBUTIVA

ARTIGO 39 - O valor da contribuição e as condições para pagamento serão fixados pela Diretoria e informados aos associados por meio de circulares ou outros meios adequados de divulgação.

Parágrafo Único - No primeiro ano de associação, a taxa contributiva devida pelos novos associados será cobrada de forma proporcional ao número de meses restantes para o fim do ano, contado a partir da data de sua admissão.

ARTIGO 40 - Os associados que não pagarem a taxa contributiva nas datas de seus vencimentos terão os seus direitos suspensos, e passarão a dever a respectiva contribuição do ano corrente.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ARTIGO 41 - A Diretoria decidirá sobre a possibilidade de parcelamento do valor da taxa contributiva de associado(s) em atraso, assim como sobre a incidência de correção monetária sobre os valores atrasados.

DESLIGAMENTO E EXCLUSÃO DO ASSOCIADO - DAS PUNIÇÕES E DAS PENAS

ARTIGO 42 - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria e a qualquer tempo, desligar-se do quadro associativo da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, bastando, para tanto, manifestação expressa, por correspondência (em papel ou eletrônica) datada e assinada, endereçada à Diretoria.

Parágrafo Único – O reingresso do associado ao quadro associativo estará sujeito ao pagamento da taxa relativa ao exercício atual.

ARTIGO 43 - Em caso de indício de infração legal, estatutária, regimental ou de qualquer regulamento do CBR ou decisão da Assembleia Geral, a Diretoria indicará associados Titulares para a formação de uma Comissão de Sindicância, para apuração dos fatos.

Parágrafo 1º – A denúncia a respeito da infração poderá advir de qualquer pessoa, física ou jurídica, cabendo à Diretoria a sua análise e, entendendo cabível a apuração dos fatos, criará Comissão de Sindicância para o início dos trabalhos.

Parágrafo 2º – A Comissão de Sindicância instaurará, inicialmente, uma sindicância, em que investigará os fatos e, entendendo haver elementos que possam caracterizar uma infração, procederá à abertura de processo administrativo, pelo qual será garantida a ampla defesa ao associado.

Parágrafo 3º – Ao final do processo administrativo, a Comissão de Sindicância indicará à Diretoria a aplicação ou não de alguma penalidade, por meio de decisão fundamentada, a qual deverá ser executada pela Diretoria.

ARTIGO 44 - Em caso de apuração de infração legal, ao final do processo administrativo, os associados poderão sofrer punição, quando:

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

I - deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres, previstos neste Estatuto, em regimentos ou regulamentos internos da associação, em decisões das Assembleias ou dos órgãos sociais, no Código de Ética Médica ou na legislação aplicável;

II - forem condenados judicialmente, por sentença irrecorrível, por crimes graves ou infamantes;

III - praticarem atos nocivos e contrários aos interesses da Associação;

IV - praticarem atos ou valerem-se do nome do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem para usufruir proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

ARTIGO 45 - As penalidades aplicadas pela Associação graduam-se de acordo com critérios de natureza e gravidade da infração cometida, e podem ser:

- a) Advertência reservada
- b) Censura reservada
- c) Censura pública
- d) Suspensão
- e) Exclusão

Parágrafo 1º – A aplicação da penalidade não precisará obedecer necessariamente a essa gradação, orientando-se de acordo com a natureza e a gravidade da infração.

Parágrafo 2º – Da decisão que aplicar as penalidades anteriormente previstas caberá recurso ao associado, endereçado à Diretoria, que o encaminhará ao Conselho Consultivo, para que seja debatido e resolvido.

Parágrafo 3º - Da decisão do Conselho Consultivo que mantiver a aplicação da penalidade prevista na alínea e do caput caberá recurso, dirigido à Diretoria, que o encaminhará à Assembleia Geral, para decidir, por maioria de votos, sobre a manutenção, diminuição ou exclusão da punição do associado.

Parágrafo 4º – Após receber o recurso, a Diretoria o encaminhará a todos os associados votantes, acompanhado de um resumo dos fatos e do processo, para que decidam sobre a manutenção ou redução da penalidade, no dia em que se realizar a Assembleia Geral.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

Parágrafo 5º – Deverá a Diretoria, no encaminhamento das informações do processo, assegurar a confidencialidade das informações.

Parágrafo 6º – Os recursos do associado punido deverão ser dirigidos à Diretoria, no prazo de quinze (15) dias úteis, contados do recebimento da comunicação da decisão que o apenou.

Parágrafo 7º – Poderá a Diretoria, após análise dos fatos que levaram à abertura do processo administrativo, com a finalidade de proteger a Associação, suspender os direitos do associado, até que seja ele definitivamente julgado.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DIREÇÃO:

ARTIGO 46 – O Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR) será composto pelos seguintes órgãos:

01 – Assembleia Geral

02 – Conselho Consultivo;

03 – Conselho Assessor;

04 – Diretoria;

05 – Comissões Permanentes e Especiais;

DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 47 – A Assembleia Geral é o órgão soberano de deliberação coletiva e foro de última instância do CBR, sendo constituído por todos os Membros Associados Titulares, no pleno exercício de seus direitos e deveres, na forma deste Estatuto.

Parágrafo 1º - A cada Membro Associado Titular corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - Os Membros Associados Titulares não poderão fazer-se representar por procuradores nas Assembleias Gerais.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ARTIGO 48 – As Assembleias Gerais Ordinárias terão como atribuições:

01 - eleger a Diretoria, nos termos e condições estabelecidos no parágrafo 6º, do artigo 46 deste Estatuto;

02 - deliberar sobre assuntos da vida social ou econômico-financeira do CBR;

03 - julgar os atos do Conselho Consultivo e da Diretoria, quando solicitado por 100 (cem) Membros Associados Titulares;

04 – julgamento de recursos interpostos por Associados ou membros punidos pela Diretoria;

05 – tomar conhecimento dos relatórios da Diretoria;

06 – aprovar as propostas de admissão de Membros Honorários e Beneméritos.

Parágrafo Único - A pauta dos assuntos a serem tratados na Assembleia Geral será comunicada individualmente por via postal, eletrônica ou por órgão oficial do CBR, a todos os Membros Associados Titulares em gozo de seus direitos, com antecedência mínima de um mês.

ARTIGO 49 – As Assembleias serão Ordinárias ou Extraordinárias e suas decisões serão consideradas válidas quando aprovadas por maioria dos votos apurados.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á por ocasião da realização do Congresso Brasileiro de Radiologia, não dependendo de convocação especial, com hora e local previamente anunciados em órgão oficial do CBR, com qualquer número de sócios presentes.

Parágrafo 2º - Se, por motivo de força maior, o Congresso Brasileiro de Radiologia não se realizar, a Diretoria tomará a iniciativa de convocar nova Assembleia Geral Ordinária, dentro do ano em curso, ficando também assegurado a 1/5 (um quinto) dos Membros Associados Titulares em pleno gozo de seus direitos sociais convocá-la.

Parágrafo 3º - As Assembleias Gerais Extraordinárias se reunirão por convocação do Presidente, atendendo solicitação da Diretoria, após aquiescência do Conselho Consultivo, ou de 1/5 (um quinto) dos Membros Associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

Parágrafo 4º - O Presidente terá o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento das disposições estatutárias, expedindo imediatamente circulares aos Membros Associados Titulares, estabelecendo data, local e assuntos que motivaram a convocação.

01 - O local onde se reunirá a Assembleia Geral Extraordinária será, de preferência, aquele em que houver maior número de Membros Associados Titulares e somente poderão ser deliberados assuntos que constarem exclusivamente da ordem do dia de sua convocação.

Parágrafo 5º - As Assembleias Gerais Extraordinárias somente poderão deliberar em primeira convocação quando reunirem, no mínimo, cinquenta Membros Associados Titulares e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Associados quites, meia hora após, ressalvados os quoruns especiais previstos em Lei e neste Estatuto.

Parágrafo 6º - As Assembleia Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, podem ser realizadas na mesma data, de forma não simultânea, desde que as respectivas convocações sejam feitas separadamente.

ARTIGO 50 - São atribuições das Assembleias Gerais Extraordinárias:

01 - tratar de assuntos de interesse do CBR, em caráter de urgência, que sejam atribuições da Assembleia Geral Ordinária, nos períodos compreendidos entre dois Congressos ou Jornadas da especialidade;

02 – a dissolução do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

03 – a destituição da Diretoria;

04 – a alteração do Estatuto.

Parágrafo 1º - Para iniciativa de dissolução do CBR será necessária proposta assinada por, no mínimo, 500 (quinhentos) Membros Associados Titulares; sendo exigida para deliberação, em Assembleia Geral Extraordinária com pauta única, a presença mínima de 51% (cinquenta e um por cento) da totalidade dos Associados, efetivada mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes. Caso seja aprovada a dissolução do CBR pela Assembleia Geral Extraordinária, o patrimônio da Associação será destinado a outra entidade similar, que atenda aos requisitos do artigo 150, VI, c, da Constituição Federal e ao artigo 14, do Código Tributário Nacional, devendo-se dar preferência às

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 528,51	RS 149,98	RS 102,78	RS 27,82	RS 36,30	RS 25,47	RS 11,07	RS 0,00	RS 0,00	RS 881,93

filiadas do CBR que se enquadrem nestes mesmos requisitos legais, destinando-se o patrimônio a outras entidades apenas caso essas mesmas filiadas não atendam a esses requisitos constitucionais.

Parágrafo 2º - Para a iniciativa de destituição da Diretoria será necessário requerimento assinado por, no mínimo, 100 (cem) Membros Associados Titulares, dirigido ao Presidente do Conselho Consultivo, a quem caberá convocar uma reunião extraordinária desse órgão, no prazo de 30 (trinta) dias, para tratar do assunto em pauta única. Caso o requerimento seja aprovado pelo Conselho Consultivo, o Presidente desse órgão deverá convocar a Assembleia Geral Extraordinária especialmente para deliberar sobre a destituição da Diretoria. Para tal deliberação será exigido o voto concorde de, no mínimo, 10% (dez por cento) dos Associados do CBR, sendo que a Assembleia Geral Extraordinária só poderá ser instalada, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos Associados, e, em segunda convocação, com no mínimo 15% (quinze por cento) dos Associados, sendo que as decisões serão lavradas em Atas sumarizadas, subscritas pelo Presidente e pelo Secretário, a serem arquivadas na sede do CBR.

Parágrafo 3º - O Estatuto Social do CBR somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, convocada exclusivamente para esse fim, mediante proposta da Diretoria Executiva ou de, no mínimo, cem Membros Associados Titulares, em pleno gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo 4º - O edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária destinada à alteração do Estatuto Social deverá ser publicado em órgão oficial do CBR, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data marcada para a sua realização, devendo conter os artigos que serão objeto de discussão para modificação, a não ser que seja integral a reformulação do estatuto à época vigente, o que deverá ser especificado, concedendo, ainda, no mínimo 15 (quinze) dias para que sejam encaminhadas propostas a respeito das alterações.

Parágrafo 5º - Coletadas as propostas e sugestões de alteração do Estatuto, serão elaboradas, pelo CBR, as redações finais dos dispositivos que se pretende modificar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do encerramento do prazo para encaminhamento das propostas, as quais serão divulgadas por meio de órgão oficial de comunicação do CBR, com antecedência de, ao menos, 10 (dez) dias da data de realização da Assembleia Geral Extraordinária.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

Parágrafo 6º - No último ano de exercício da Diretoria eleita, não serão admitidas alterações no Estatuto relacionadas à duração e forma do mandato dos cargos de direção.

DO CONSELHO CONSULTIVO

ARTIGO 51 - O Conselho Consultivo é órgão de consulta, coordenação e fiscalização e será constituído por todos os ex-presidentes do CBR.

Parágrafo 1º - Para deliberação do Conselho Consultivo será necessário quorum mínimo de três ex-presidentes.

Parágrafo 2º - O Presidente do Conselho Consultivo será o mais recente ex-presidente do CBR.

ARTIGO 52 – São atribuições do Conselho Consultivo:

01 - coordenar as atividades das Diretorias que se sucederem, no sentido de assegurar a resolução de questões encaminhadas e pendentes de solução;

02 - exercer a função de Conselho Fiscal, examinando e aprovando as contas, relatórios e balanços contábeis da Diretoria;

03 - aprovar, por solicitação da Diretoria, substituições em cargos que eventualmente fiquem vagos, no período entre as eleições;

04 - funcionar como Comissão Eleitoral na articulação de candidatos a cargos eletivos, obedecendo e fazendo obedecer ao Regimento Eleitoral;

05 - aprovar convênios e filiações em proposta examinada e encaminhada pela Diretoria, de acordo com os Estatutos;

06 - apreciar, em grau de recurso, as decisões da Diretoria, relatando-as, quando for o caso, à Assembleia Geral;

07 – opinar sobre questões omissas nas deliberações da Assembleia Geral ou nos Estatutos, a pedido da Diretoria, podendo para tanto nomear Comissões;

08 – aprovar, por solicitação da Diretoria, toda e qualquer operação envolvendo a aquisição, alienação ou a constituição de garantias sobre bens imóveis;

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

09 – resolver casos omissos;

ARTIGO 53 - O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente por ocasião e no mesmo local do Congresso Brasileiro de Radiologia.

Parágrafo 1º - O Conselho Consultivo reunir-se-á extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela Diretoria do CBR.

Parágrafo 2º - Na impossibilidade de reunião de seus membros, o Presidente do Conselho Consultivo poderá consultar por correspondência.

Parágrafo 3º - Qualquer de seus membros poderá impugnar a decisão por correspondência quando a matéria merecer debate oral.

Parágrafo 4º - As decisões do Conselho Consultivo serão tomadas pela maioria simples dos seus membros.

DO CONSELHO ASSESSOR

ARTIGO 54 - O Conselho Assessor, nos limites deste Estatuto, tem poderes para resolver todos os assuntos, exceto os de atribuição da Assembleia Geral e do Conselho Consultivo.

Parágrafo 1º - O Conselho Assessor será constituído:

01 - pelo Presidente do CBR, a quem caberá convocá-lo e dirigi-lo;

02 - pelos membros da Diretoria do CBR;

03 - pelos Presidentes das Sociedades Filiadas Regionais.

Parágrafo 2º - O Conselho Assessor será convocado pelo Presidente do CBR, quando este julgar necessário, sendo que suas decisões serão válidas se aprovadas por maioria simples dos votos apurados.

Parágrafo 3º - A convocação deverá especificar a pauta da reunião e será feita por meio de comunicação oficial.

DA DIRETORIA

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ARTIGO 55 - A Diretoria é o órgão executivo do CBR e compõe-se de: Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, Diretor Científico, Diretor de Defesa Profissional, Diretor Cultural, Diretor de Relações Internacionais, Diretor de Comunicação, Diretor da ABCDI, Diretor de Titulação e Diretor de Relações Institucionais.

Parágrafo 1º - A Diretoria será eleita pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 2 (dois) anos. Ao término de cada mandato haverá prorrogação de poderes para acesso total às contas bancárias, bem como todas as transações, até que haja a migração para a nova diretoria eleita. Esta prorrogação se limita ao prazo máximo de 30 dias após o término do mandato atual.

Parágrafo 2º - As vagas que porventura ocorrerem serão preenchidas por indicação da Diretoria e aprovação do Conselho Consultivo.

Parágrafo 3º - A Diretoria será declarada eleita durante a realização do Congresso Brasileiro de Radiologia e será empossada no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano subsequente. Após a eleição, a nova Diretoria constituirá uma comissão de transição que acompanhará os trabalhos da Diretoria em exercício até a data da posse.

Parágrafo 4º - É vedada a reeleição do Presidente para o mesmo cargo.

Parágrafo 5º - As eleições se farão por aclamação, durante a Assembleia Geral Ordinária, quando houver apenas uma chapa concorrente. Nas demais hipóteses, a eleição será realizada através de voto secreto à distância, por correio ou meio eletrônico (internet), conforme venha a ser decidido e regulamentado pela Comissão Eleitoral, permitindo-se a participação de todos os Associados Titulares em pleno gozo de seus direitos e deveres sociais. Caberá à Comissão Eleitoral adotar todas as providências e cautelas que se façam necessárias para assegurar a confiabilidade, sigilo e segurança da votação à distância. A chapa que obtiver o maior número de votos será sagrada vencedora da eleição. Ocorrendo empate entre as chapas concorrentes, deverá ser realizada uma nova votação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ficando a cargo da Comissão Eleitoral estabelecer os prazos e regras desse escrutínio.

Parágrafo 6º - Só poderão candidatar-se ao cargo de Presidente do CBR os Membros Associados Titulares que já tenham sido membros da Diretoria da Associação.

Parágrafo 7º - As reuniões da Diretoria serão convocadas e presididas pelo Presidente e realizadas em dia, hora e local por ele determinados. As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de no mínimo três (3) Diretores, de forma presencial ou

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

remota. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Parágrafo 8º - A Diretoria, quando entender necessário, poderá criar cargos especiais, ad referendum do Conselho Consultivo, de natureza não estatutária, remunerados ou não, para auxiliá-la e assessorá-la na gestão e representação da entidade. Caberá à Diretoria designar e destituir os ocupantes dos cargos especiais e atribuir-lhe as respectivas funções.

ARTIGO 56 - Compete à Diretoria, coletivamente:

- 01 - cumprir e fazer cumprir os Estatutos;
- 02 - executar e fazer executar as resoluções das Assembleias e suas próprias decisões;
- 03 - designar Comissões Especiais;
- 04 - apresentar anualmente relatório completo das atividades científicas, sociais e econômico-financeiras ao Conselho Consultivo;
- 05 - contratar pessoal necessário para o funcionamento do CBR;
- 06 - atribuir aos Diretores funções não previstas neste Estatuto;
- 07 - reunir-se ordinariamente de acordo com as normas traçadas pelo Presidente;
- 08 - tomar as decisões pela maioria dos seus membros presentes às reuniões;
- 09 - estudar proposta de convênios e filiações e submetê-las à aprovação do Conselho Consultivo ad referendum da Assembleia Geral;
- 10 - organizar e submeter à aprovação do Conselho Consultivo o plano de atividades para a sua gestão;
- 11 - disciplinar a realização de congressos, jornadas, reuniões, cursos, etc. da especialidade no País, por meio de calendário anual atualizado e amplamente divulgado;
- 12 - punir os membros faltosos;
- 13 - propor o plano financeiro do CBR para aprovação do Conselho Consultivo;
- 14 - manter assessoria jurídica e econômica a seu serviço.

Parágrafo Único - O pagamento dos compromissos financeiros será efetuado mediante duas assinaturas dentre o Presidente ou o Vice-presidente e o 1º ou o 2º Tesoureiro.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 528,51	RS 149,98	RS 102,78	RS 27,82	RS 36,30	RS 25,47	RS 11,07	RS 0,00	RS 0,00	RS 881,93

ARTIGO 57 - Ao Presidente compete:

01 - convocar e presidir as reuniões de Diretoria e as Assembleias Gerais;

02 - inaugurar os Congressos Brasileiros de Radiologia;

03 - representar o CBR em sessões solenes ou conclaves científicos a convite das entidades patrocinadoras, ou em juízo;

04 - supervisionar o cumprimento das deliberações das Assembleias, do Conselho Consultivo e da Diretoria;

05 - providenciar consulta ao Conselho Consultivo, de acordo com decisão da Diretoria, podendo ser realizada por correspondência;

06 - assinar os documentos da vida social e científica do CBR, juntamente com o Secretário ou o Tesoureiro;

07 - administrar o patrimônio do CBR, respeitando o presente Estatuto;

08 - prestar contas de todos os seus atos e atividades no decurso do mandato que lhe foi conferido;

09 - superintender e desenvolver as atividades do CBR dentro de suas finalidades estatutárias;

10 – outorgar procuração para fins específicos;

11 - designar os editores da Revista Radiologia Brasileira e o diretor do Boletim Informativo do CBR;

12 - abrir as sessões solenes das jornadas das Filiadas.

13 - atuar como Coordenador do NCC - Núcleo de Conferência de Conteúdo.

ARTIGO 58 - Na hipótese de impedimento do Presidente, assumirá o 1º Vice-Presidente e, sendo ele também impedido, o 2º Vice-Presidente.

Parágrafo 1º A presidência acionará e autorizará o 1º Vice-Presidente para, quando necessário for, promover a integração e administrar eventuais divergências entre as áreas no CBR.

Parágrafo 2º - A presidência acionará e autorizará o 2º Vice-Presidente para, quando necessário for, apoiar o Presidente em assuntos relacionados a Recursos Humanos.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ARTIGO 59 - Ao 1º Secretário compete:

- 01 - superintender todas as atividades da Secretaria do CBR, cumprindo e fazendo cumprir todas as determinações da Diretoria;
- 02 - manter sob sua guarda e responsabilidade todos os documentos da atividade científica e social do CBR;
- 03 - manter atualizados os fichários e arquivos do CBR, podendo fornecer cópias e certidões a quem de direito;
- 04 - redigir e expedir correspondências e circulares, cumprindo as determinações da Diretoria;
- 05 - manter intercâmbio ativo e permanente com as sociedades Filiadas;
- 06 - resolver diretamente com as Filiadas os assuntos de interesse dos seus Membros;
- 07 - manter intercâmbio direto com os membros das Filiadas quando estes, por causas locais ou administrativas, tiverem dificuldade ou incapacidade de relacionamento com as respectivas diretorias, enquanto persistirem as causas do impasse;
- 08 – subscrever, juntamente com o Presidente, os documentos da vida científica e social do CBR;
- 09 - conduzir e responder todas as consultas técnicas dos associados;
- 10 - dar imediato conhecimento à Diretoria de todos os assuntos e documentos e prestar as informações solicitadas pelos órgãos dirigentes do CBR;

ARTIGO 60 – Ao 2º Secretário compete:

- 01 - auxiliar o 1º Secretário nas suas atribuições, substituí-lo nos seus impedimentos e exercer outras atividades, compatíveis com o cargo, que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

ARTIGO 61 - Ao 1º Tesoureiro compete:

- 01 - superintender e orientar as atividades da Tesouraria do CBR;
- 02 - examinar os balancetes trimestrais e anuais do CBR;

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

03 - manter sob sua guarda e responsabilidade os bens móveis do CBR, bem como manter sob seu controle todo o movimento bancário, relatando trimestral e anualmente, em balancete próprio à Diretoria e ao Conselho Consultivo;

04 - zelar pela arrecadação do CBR, podendo efetuar a cobrança por intermédio das Sociedades Filiadas;

05 - manter sob seu controle conta bancária na cidade de São Paulo em nome do CBR;

06 - efetuar o pagamento das despesas autorizadas pela Diretoria;

07 - efetuar e dar quitação da anuidade e outros fundos do CBR;

08 - manter atualizados os fichários de anuidades dos Membros, informando, para efeito de cumprimento deste Estatuto, aos órgãos dirigentes do CBR.

ARTIGO 62 - Ao 2º Tesoureiro compete:

01 - auxiliar o 1º Tesoureiro nas suas atribuições, substituí-lo nos seus impedimentos e exercer outras atividades compatíveis com o cargo que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

ARTIGO 63 - Ao Diretor de Departamento Cultural compete:

01 - promover, pelos meios que a entidade dispõe, o desenvolvimento cultural de seus sócios.

ARTIGO 64 - Ao Diretor da ABCDI compete:

01 - fazer cumprir o REGULAMENTO ESPECÍFICO DAS CLÍNICAS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM.

ARTIGO 65 – Ao Diretor Científico compete:

01 - assessorar a Diretoria do CBR em todos os assuntos científicos;

02- indicar os membros da Comissão científica, e zelar pelo bom andamento dos trabalhos da mesma;

03 – propor à Diretoria a criação, alteração ou extinção de departamentos científicos;

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

04- ser responsável, junto com a Comissão Científica dos Congressos, cursos e Jornadas, pela escolha dos temas, conferencistas e demais assuntos referentes aos mesmos;

05 - promover programas de ensino continuado, Webinares, cursos presenciais ou on-line e outras formas de educação em Radiologia e Diagnóstico por Imagem;

06 - coordenar a elaboração de publicações científicas oficiais do CBR, tais como livros e tratados, e indicar a composição dos respectivos editores, mediante aprovação da Diretoria;

07 – exercer outras atividades compatíveis com o seu cargo que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

ARTIGO 66 – Ao Diretor de Defesa Profissional compete:

01 - assessorar o CBR junto à AMB e demais entidades médicas, quando o assunto a ser tratado for o das condições de trabalho da classe;

02 - assessorar a Diretoria do CBR na luta por melhores condições de trabalho, assim como estimular a qualificação profissional;

03 – exercer outras atividades compatíveis com o seu cargo que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

ARTIGO 67 – Ao Diretor de Relações Internacionais compete:

01 – representar o CBR, por indicação da Diretoria, perante pessoas, físicas ou jurídicas, internacionais;

02 – exercer outras atividades compatíveis com o seu cargo que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

ARTIGO 68 – Ao Diretor de Comunicação compete:

01 – cuidar da comunicação do CBR com os públicos alvo;

02 – exercer outras atividades compatíveis com o seu cargo que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

03 - ser o guardião da marca do Colégio, junto ao Departamento de Comunicação e Marketing, responsável pela aplicação e manutenção da utilização da marca pela Diretoria, sociedades estaduais, internacionais e parceiros;

04 – responsável pela divulgação de Assuntos gerados pela Centro de Estudos Estratégicos.

ARTIGO 69 – Ao Diretor da Titulação compete:

01 - regulamentar e realizar anualmente os exames de suficiência e a concessão dos Títulos de Especialistas e Certificados de Área de Atuação, submetendo-os à aprovação da Diretoria;

02 - interagir em conjunto com a Comissão de Ensino do CBR para melhoria do gerenciamento de políticas que auxiliem o processo de ensino-aprendizagem dos residentes/aperfeiçoandos.

ARTIGO 70 - Ao Diretor de Relações Institucionais compete:

01 - representar o Colégio no relacionamento com instituições governamentais, jurídicas, legislativas e de sociedades de classes com o objetivo de consolidar a imagem e os interesses no segmento de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

02 - deve tramitar e representar os interesses do CBR em diversos âmbitos e esferas dos poderes por meio de reuniões, entrevistas, participações em projetos e discussões de pautas que visam o interesse da Comunidade Radiológica Brasileira e em parceria com a diretoria de Defesa Profissional.

DAS COMISSÕES

ARTIGO 71 - As Comissões, órgãos assessores da Diretoria, serão permanentes e especiais. Cabe ao Presidente instituir, alterar ou destituir qualquer Comissão.

Parágrafo 1º - As Comissões Permanentes são as seguintes:

01 - Comissão de Sindicância;

02 - Comissão de Titulação;

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

03 - Comissão de Ensino, Aperfeiçoamento e Residência Médica;

04 - Comissão de Memória e História;

05 - Comissão de Defesa Profissional;

06 - Comissão de Eventos;

07 - Comissão de Acreditação em Diagnóstico por Imagem (CADI);

08 - Comissão de Inovação e Tecnologia (CITE);

09 - Comissão de Laudos;

10 - Comissão de Critérios de Adequação;

11 - CENTRO de Estudos Estratégicos;

12 - Comissão de Proteção Radiológica;

13 - Comissão Nacional de Ultrassonografia – CNUS;

14 - Comissão Nacional de Mamografia (CNM);

15 - Comissão Unificada de Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética.

16 - Comissão de Núcleo de Conferência de Conteúdos - NCC

Parágrafo 2º - Cada Comissão será composta por um coordenador e, por no mínimo, 03 (três) membros.

Parágrafo 3º - A cada gestão será obrigatória a renovação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros. A mudança da Coordenação ocorrerá quando o Presidente julgar pertinente.

Parágrafo 4º - As Comissões Especiais, designadas pela Diretoria, serão transitórias e se extinguirão, uma vez preenchidas as finalidades a que se destinam.

Parágrafo 5º - Cada Comissão deverá possuir um Regimento Interno - contendo papel, responsabilidades e atribuições, mesmo sendo transitória.

ARTIGO 72 - A Comissão de Sindicância terá como atribuições:

01 - apreciar as informações prestadas sobre os candidatos a Associados e Membros;

02 - realizar inquérito e opinar sobre os Associados e Membros passíveis de punição;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

03 - estudar as questões referentes aos aspectos jurídicos, à Ética Médica, à defesa dos interesses profissionais da classe e do próprio CBR, sugerindo medidas sobre a matéria;

04 - solicitar à Diretoria recursos que possibilitem a contratação de outros profissionais sempre que houver necessidade.

ARTIGO 73 - A Comissão de Titulação terá as seguintes atribuições:

01 - regulamentar e realizar os exames de suficiência e a concessão dos títulos de especialista e certificados de área de atuação, submetendo-os à aprovação da Diretoria;

02 - auxiliar o CBR nas consultas técnicas dos associados;

03 - participar das reuniões da Comissão (presencial ou online) onde são discutidos temas relevantes da área de atuação.

ARTIGO 74 - Serão atribuições da Comissão de Ensino, Aperfeiçoamento e Residência Médica:

01 - orientar, planejar e supervisionar o ensino e as residências médicas das especialidades;

02 - regulamentar o funcionamento dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento;

03 - estimular e patrocinar diretamente ou em associação com as filiadas a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento.

ARTIGO 75 - A Comissão de Memória e História terá como atribuições:

01 - organizar dentro da Biblioteca, uma seção própria para colecionar toda obra relacionada com a memória dos Diagnósticos por Imagem e Terapia por Radiação Ionizante;

02 - fazer campanhas para angariar documentos históricos, principalmente fotos, atas de fundação de Sociedades Filiadas, programas de jornadas e congressos;

03 - incentivar os profissionais a escreverem a história local das especialidades dos diagnósticos por Imagem e terapia por radiação em cada Estado da Federação;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

04 - incentivar a doação de fotos, equipamentos antigos e peças antigas para organizar o Museu do CBR;

05 - solicitar aos radiologistas mais antigos e familiares dos já falecidos, a doação de fotos e documentos para o acervo do museu.

ARTIGO 76 - A Comissão de Defesa Profissional será dirigida pelo Diretor de Defesa Profissional e terá as seguintes atribuições:

01 - representar o CBR junto às entidades contratantes de serviços médicos de caráter público e privado, defendendo as condições de trabalho da classe;

02 - assessorar o Presidente do CBR junto à AMB e demais entidades médicas, quando o assunto a ser tratado for o das condições de trabalho da classe;

03 - manter contato e representar os interesses dos Associados e Membros do CBR junto às entidades hospitalares;

04 - atualizar a Lista Referencial de Insumos, Procedimentos Radiológicos e de Diagnóstico por Imagem, sempre que houver necessidade;

05 - assessorar as Diretorias do CBR e Sociedades Regionais na luta por melhores condições de trabalho, assim como estimular a qualificação profissional.

ARTIGO 77 – A Comissão de Eventos será responsável pelo planejamento, coordenação e organização do Congresso Brasileiro de Radiologia e de todos os eventos de caráter científico e cultural, não administrativo, do CBR.

ARTIGO 78 – A Comissão de Acreditação em Diagnóstico por Imagem terá as seguintes atribuições:

01 - participar ativamente de todos os processos que envolvam a revisão da Norma Padi, seguindo as diretrizes da International Society for Quality in Health Care – ISQua;

02 - avaliar os relatórios de auditorias dos serviços acreditados e candidatos a acreditação e deliberações sobre o processo de acreditação em diagnóstico por imagem;

03 - avaliar os processos de certificação nos programas de selos de qualidade para as devidas deliberações;

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

04 - deliberar sobre a concessão ou renovação de certificado de acreditação Padi e certificado de certificação dos programas de selos de qualidade;

05 - deliberar sobre os auditores externos do Padi, de acordo com o Regulamento do Auditor Padi e Regulamentos pertinentes ao programa;

06 - deliberar acerca dos Avaliadores Médicos de Exames, de acordo com o Regulamento do Avaliador Médico de Exames e Regulamentos, protocolos e diretrizes técnicas pertinentes aos programas de qualidade do CBR;

07 - difundir processos de certificação e acreditação em todo o território nacional, desenvolver atividades informativas e educativas dirigidas aos profissionais da área de saúde, informações e orientações aos pacientes e à sociedade;

08 - colaborar com a Diretoria do CBR e entidades associadas em todos os eventos (jornadas, congressos, cursos de atualização, critérios de adequação, Padi, demais comissões do CBR, atividades educativas etc.) que abordem o tema PROGRAMAS DE QUALIDADE, procurando disseminar o conhecimento e promover boas práticas;

09 - participar de eventos com as demais instituições Brasileiras e Internacionais, Agências Reguladoras e demais entidades, a fim de promover os Programas de Qualidade do CBR;

10 - averiguar e tratar denúncias dos serviços certificados/acreditados, promovendo os devidos encaminhamentos;

11 - sobre a relação com a Diretoria do CBR:

a) diferentemente das demais comissões, a CADI tem autonomia para deliberar acerca dos programas de acreditação e certificação de qualidade do CBR;

b) seus membros não podem participar do corpo diretivo do CBR;

ARTIGO 79 – A Comissão de Inovação e Tecnologia terá como papel a discussão de inovações da especialidade e as aplicações da Telerradiologia terá as seguintes atribuições:

01- discussão e elaboração de Eventos sobre os impactos da Telerradiologia e da Inteligência Artificial sobre a Radiologia e Diagnóstico por Imagem;

02- produzir conteúdo técnico/ científico que apoiem no desenvolvimento da prática da Telerradiologia e utilização de Ferramentas da Inteligência Artificial;

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

03- participar das reuniões da Comissão (presencial ou online) onde são discutidos temas relevantes à área de atuação;

04- auxiliar o CBR na Emissão de pareceres técnicos aos associados.

ARTIGO 80 – A Comissão de Laudos terá as seguintes atribuições:

01- criar parâmetros de boas práticas na elaboração de laudos de exames de diagnóstico por imagem (EDI);

02 -fomentar a evolução dos laudos de EDI;

03- adequar estrutura e conteúdo de laudos de EDI aos avanços tecnológicos do setor;

04- definir conteúdo mínimo de laudos de EDI;

05- elaborar e manter atualizado léxico a ser utilizado em EDI;

06- criar glossário de termos de laudos de EDI;

07- avaliar novas ferramentas de laudos em EDI;

ARTIGO 81 – O Centro de Estudos Estratégicos terá as seguintes atribuições:

01- coletar e analisar dados referentes a prática da especialidade que possam auxiliar a tomada de decisões da Diretoria do CBR e também influenciar a visão da especialidade pela sociedade, a partir de conteúdos produzidos e veiculados em site específico, sempre alinhado aos objetivos e missão do CBR e terá suas atividades pautadas pelo Regimento do Centro de Estudos Estratégicos; abaixo os principais focos e interesse do CEE.

02- exames radiológicos e de diagnóstico por imagem;

03- equipamentos radiológicos e de diagnóstico por imagem;

04- perfil de médicos radiologistas;

05- população usuário do SUS e Saúde Suplementar;

06- instituições de radiologia e de diagnóstico por imagem.

07- participar das reuniões da Comissão (presencial ou online) onde são discutidos temas relevantes à área de atuação.

08. auxiliar a Diretoria no levantamento de dados considerados estratégicos.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

ARTIGO 82 – A Comissão de Critérios de Adequação terá as seguintes atribuições:

01- Poderá criar e atualizar as Diretrizes Baseadas em Evidências do CBR, que tem como objetivo a produção de evidências para auxiliar médicos e outros profissionais na tomada de decisão;

02 – Ficará sob supervisão direta da Diretoria do CBR.

ARTIGO 83 – A Comissão de Proteção Radiológica terá as seguintes atribuições:

01 - divulgar e promover atividades educativas, recomendar orientações sobre Proteção radiológica e colaborar na disseminação das boas práticas no que tange à justificação e otimização de exames que utilizam radiações ionizantes e tem como atribuições;

02 - atuará na implantação das ações de proteção radiológica recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Panamericana de Saúde (OPS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN;

03 - colaborará com as Instituições Reguladoras nacionais da área, tais como o Ministério da Saúde, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Instituto Nacional de Metrologia e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e outras pertinentes, na implantação de recomendações e normativas relacionadas à proteção radiológica;

04 - atuar no programa de suporte aos países de língua portuguesa, de acordo com o Compromisso de Lisboa de 2015, promovido pela Organização Mundial de Saúde, em conjunto com a Agência Internacional de Energia Atômica;

05- auxiliar o CBR na Emissão de pareceres técnicos aos associados relacionados a Proteção Radiológica;

ARTIGO 84 - A Comissão Nacional de Ultrassonografia – CNUS terá as seguintes atribuições:

01 - avaliar a qualidade de exames de serviços de imagem que submetem exames de ultrassonografia aos programas de qualidade do CBR, como o Selo de Qualidade e o PADI;

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

02 - auxiliar o CBR nas consultas técnicas dos associados;

03 - produzir conteúdo técnico/ científico que apoiem no desenvolvimento da prática da radiologia, de forma alinhada à Diretoria Científica;

04 - participar das reuniões da Comissão (presencial ou online) onde são discutidos temas relevantes à área de atuação;

05 - auxiliar a Diretoria na elaboração de pareceres Técnicos relacionados a Ultrassonografia;

ARTIGO 85 - A Comissão Nacional de Mamografia (CNM) terá as seguintes atribuições:

01 - avaliar a qualidade de exames de serviços de imagem que submetem exames de mamografia aos programas de qualidade do CBR, como o Selo de Qualidade e o PADI;

02 - produzir conteúdo técnico/ científico que apoiem no desenvolvimento da prática da mamografia;

03 - participar das reuniões da Comissão (presencial ou online) onde são discutidos temas relevantes à área de atuação.

04 - auxiliar a CBR na elaboração de pareceres Técnicos relacionados a Mamografia.

ARTIGO 86 – A Comissão Unificada de Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética terá as seguintes atribuições:

01 - avaliar a qualidade de exames de serviços de imagem que submetem exames de tomografia computadorizada e ressonância magnética aos programas de qualidade do CBR, como o Selo de Qualidade e o PADI;

02 - produzir conteúdo técnico/ científico que apoiem no desenvolvimento da prática da radiologia, de forma alinhada à Diretoria Científica;

03 - participar das reuniões da Comissão (presencial ou online) onde são discutidos temas relevantes à área de atuação.

04 - auxiliar a CBR na elaboração de pareceres Técnicos relacionados a TC e RM.

ARTIGO 87 – A Comissão de Núcleo de Conferência de Conteúdos - NCC terá as seguintes atribuições:

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

01 - a conferência de conteúdos de qualquer área do CBR (por conteúdo entenda-se, e-books, pdfs, podcasts, etc) seria coordenada pelo Núcleo de Conferência de Conteúdo, que seria composto pelo Vice-Presidente, Diretor de Comunicação e Diretor Científico e coordenado pelo Vice-Presidente;

02 - exclui-se, somente, a produção de livros científicos, aqueles da série CBR, que tem editores que são nomeados pelos Diretor Científico. A produção de pequenos conteúdos científicos (pdfs, guidelines, etc) passaria também pelo NCC;

DA COMISSÃO CIENTÍFICA

ARTIGO 88 - A Comissão Científica é indicada pelo Diretor Científico e compõe-se dos Coordenadores dos Departamentos Científicos do CBR, tendo suas atividades regidas pela Diretoria Científica.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho Científico serão presididas pelo Diretor Científico.

Parágrafo 2º - No caso dos Departamentos Científicos que possuem Comissões próprias no CBR (Ultrassonografia, Tomografia e Ressonância Magnética, Imagem Mamária e Proteção Radiológica), estas poderão indicar um membro para compor a comissão científica, em comum acordo com a Diretoria Científica.

ARTIGO 89 - São departamentos científicos do CBR:

- 01 - Diagnóstico por Imagem do Tórax;
- 02 - Diagnóstico por Imagem do Aparelho Digestivo;
- 03 - Diagnóstico por Imagem do Aparelho Gênitourinário;
- 04 - Diagnóstico por Imagem do Sistema Musculoesquelético;
- 05 - Diagnóstico por Imagem do Sistema Nervoso;
- 06 - Diagnóstico por Imagem em Cabeça e Pescoço;
- 07 - Diagnóstico por Imagem Vascular e Intervencionista;
- 08 - Diagnóstico por Imagem em Pediatria;
- 09 - Comissão de Imagem Mamária;

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

- 10 - Diagnóstico por Imagem Cardiovascular;
- 11 - Ultrassonografia geral;
- 12 - Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética;
- 13 - Densitometria Óssea;
- 14 - Física Médica;
- 15 - Oncologia;
- 16 - Proteção Radiológica.
- 17 - Métodos Híbridos.
- 18- Ultrassonografia em Ginecologia e Obstetrícia;
- 19- Radiologia Intervencionista;

ARTIGO 90 - Compete à Comissão Científica:

- 01 - assessorar o Diretor Científico do CBR em todos os assuntos científicos e colaborar com a Comissão Organizadora dos Congressos e Jornadas na escolha dos temas, conferencistas e demais assuntos referentes aos mesmos;
- 02 - supervisionar o órgão oficial do CBR e outras publicações científicas e/ou informativas das especialidades, as quais se regerão por regulamentos próprios;
- 03 - constituir o Conselho de Redação dos órgãos oficiais do CBR;
- 04 - promover programas de ensino continuado;
- 05 - propor à Diretoria a criação, alteração ou extinção de departamentos científicos.

ARTIGO 91 - Os departamentos científicos, mediante convênio, poderão ter até um coordenador indicado por sociedades especializadas ou grupos de subespecialidades, em comum acordo com a Diretoria Científica, obedecendo às demais competências da Comissão Científica e devendo preencher os seguintes requisitos:

- 01 - serem sócios quites do CBR e possuírem RQE;
- 02 - estimular e promover a inserção de novos membros na especialidade e nas atividades científicas do CBR;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

03 - terem suas ações alinhadas e vinculadas às diretrizes da Diretoria Científica do CBR.

ARTIGO 92 - As sociedades especializadas obrigam-se a:

01 - assinar convênio com o CBR;

02 - prestigiar todas as iniciativas do CBR;

03 - seguir normas orientadoras do CBR;

04 - manter expresso em todos os documentos, circulares e correspondências a logomarca do CBR e sua condição de "Conveniada ao Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem".

ARTIGO 93 - As sociedades especializadas poderão utilizar a estrutura organizacional do CBR, obedecendo às normas regimentais existentes.

CAPITULO IV

DAS REUNIÕES:

ARTIGO 94 - O Congresso Brasileiro de Radiologia será promovido e realizado anualmente.

Parágrafo 1º - O Congresso será itinerante, cabendo à Comissão de Eventos:

(a) definir e atualizar as condições básicas imprescindíveis que deverão ser atendidas pelo município para sediar o Congresso, com o objetivo de assegurar o êxito do evento;

(b) escolher o local da realização do Congresso, dentre os municípios que atendam a todas as exigências estabelecidas pela Comissão de Eventos.

Parágrafo 2º - O Congresso será regulamentado por regimento próprio.

Parágrafo 3º - O Congresso será coordenado pela Comissão de Eventos do CBR, e seu programa científico será definido pela Comissão Científica.

Parágrafo 4º - A definição sobre a periodicidade do evento e padrão de alternância do local do Congresso Brasileiro de Radiologia – CBR é atribuição do Conselho Consultivo.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

É atribuição da Diretoria Executiva indicar o local do Congresso a ser analisado e homologado pelo Conselho Consultivo;

ARTIGO 95 - As reuniões realizadas nos estados das filiadas serão denominadas de "Jornada".

Parágrafo Único - As reuniões, congressos e demais eventos realizados em região ou jurisdição de federadas da AMB podem contar com a participação da respectiva federada, se for do interesse do CBR e da referida federada.

CAPITULO V DO PATRIMÔNIO:

ARTIGO 96 – O patrimônio social do CBR será constituído pelas receitas previstas neste Estatuto, bem como por todos os bens móveis e imóveis, contribuições, donativos, subvenções, legados ou quaisquer outros eventuais.

ARTIGO 97 - A receita do CBR será constituída por:

- 01 - contribuição dos sócios;
- 02 - renda das iniciativas previstas neste Estatuto;
- 03 - resultados financeiros de cursos patrocinados;
- 04 - renda líquida auferida no Congresso Brasileiro de Radiologia e demais eventos;
- 05 - participação no resultado da renda líquida, de acordo com contrato próprio, dos cursos ou outras reuniões apoiadas pelo CBR.
- 06 - renda decorrente da venda dos selos de qualidade do CBR;
- 07 - renda proveniente da venda das publicações editadas pelo CBR.
- 08 - locação de espaços e estandes nos eventos promovidos pelo CBR;
- 09 - *Royalties* decorrentes da exploração de direitos autorais sobre obras de titularidade do CBR;

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

10 - venda de espaço publicitário para veiculação de anúncios no Boletim e no site do CBR, assim como nos demais produtos passíveis de patrocínio / parceria;

11 - renda proveniente da prova de residência e título;

12 - renda decorrente do Programa de acreditação Diagnóstico por Imagem -PADI.

ARTIGO 98 - O CBR aplicará os seus recursos integralmente no Brasil, para a manutenção de seus objetivos institucionais.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 99 - O CBR fará constar de todos os seus impressos e publicações a qualidade de Departamento de Diagnóstico por Imagem da Associação Médica Brasileira.

ARTIGO 100 - O CBR terá um logotipo, uma marca representativa e um manual de identidade social.

ARTIGO 101 - Toda e qualquer reivindicação da classe, de âmbito nacional, regional ou local, somente poderá ser realizada através do CBR, seja ela pleiteada por Sociedades Filiadas ou por seus Membros Associados Titulares.

Parágrafo Único – Nos assuntos de âmbito local ou regional, a sociedade filiada poderá solicitar orientação do CBR ou encaminhar a solução independentemente, dando ciência dos seus atos no menor prazo possível.

ARTIGO 102 - É vedado ao CBR, ou aos seus Diretores, tomarem parte em manifestações político-partidárias ou adotarem medidas de discriminação religiosa ou social.

ARTIGO 103 - Todos os cargos ocupados por membros eleitos do CBR serão exercidos sem remuneração.

BT CC VR

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 528,51	R\$ 149,98	R\$ 102,78	R\$ 27,82	R\$ 36,30	R\$ 25,47	R\$ 11,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 881,93

Parágrafo 1º - O CBR não distribui lucros, dividendos, bonificações, participações de qualquer natureza ou parcelas de seu patrimônio, direta ou indiretamente aos seus diretores, assessores, associados ou terceiros.

Parágrafo 2º - O CBR não distribui nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a nenhum título.

ARTIGO 104 - É vedada a divulgação para terceiro da relação dos Associados ou Membros do CBR, bem como de seus dados e informações pessoais.

ARTIGO 105 - É vedado aos membros da Diretoria Executiva assinar em nome do CBR diplomas, títulos ou certificados de cursos ou eventos não oficiais da entidade.

ARTIGO 106 - O CBR, no desenvolvimento de suas atividades, deverá observar os princípios e as normas legais de sustentabilidade e proteção ambiental vigentes.

São Paulo, 09 de outubro de 2023.

Dra. Cibele Alves de Carvalho
Presidente do Colégio Brasileiro de
Radiologia e Diagnóstico por Imagem – CBR

Dr. Bernardo Tessarollo
Primeiro Secretário do Colégio Brasileiro de
Radiologia e Diagnóstico por Imagem – CBR

Valério Augusto Ribeiro
OAB/SP 451.277
Assessor Jurídico do Colégio Brasileiro de
Radiologia e Diagnóstico por Imagem – CBR

BT CC VR